

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIZ ADIR CAMPOS

PROPOSTA DE MELHORIA DA QUALIDADE NA FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM
AGROPECUÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ

CURITIBA
2013

LUIZ ADIR CAMPOS

PROPOSTA DE MELHORIA DA QUALIDADE NA FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM
AGROPECUÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ

Projeto Técnico apresentado ao Departamento de Administração Geral e Aplicada do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Farley Simon Mendes Nobre

CURITIBA
2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que diretamente ou indiretamente participaram da realização deste projeto técnico, principalmente a direção do Centro Estadual de Educação Profissional Lysímaco Ferreira da Costa pela colaboração e auxílio no desenvolvimento e levantamento das informações. Às funcionárias da secretaria do Colégio pela dedicação e competência na disposição das informações relacionadas à documentação da Instituição. Aos educadores, egressos e empregadores, que responderam aos questionários, enriquecendo o conteúdo deste projeto e tornando próximo da realidade local as informações dispostas.

RESUMO

O Egresso do curso técnico em agropecuária do Centro Estadual de Educação Profissional Lysímaco Ferreira da Costa de Rio Negro, em pesquisa realizada no mercado de trabalho regional, teve uma avaliação muito abaixo do esperado. Foi o ponto de partida para análise de todo sistema educacional profissional em seu contexto histórico, e da Instituição em seu contexto educacional, visando diagnosticar as causas da rejeição deste profissional. A inconstância nas regras e nos sistemas de formação do técnico ficou evidente. Contudo duas questões foram levantadas como principais causas do problema encontrado após as pesquisas. O primeiro foi a idade imprópria em que os estabelecimentos de ensino disponibilizam os egressos para adentrarem no mercado de trabalho. O segundo foi a grade do curso técnico em agropecuária imprópria ou inadequada para que se consiga formar um profissional com a qualidade exigida pelo mercado de trabalho. Diante desta realidade, visto que a idade é consequência do sistema adotado e a grade do curso para ser modificada implica em um processo demorado, optou-se por recomendar uma medida paliativa composta por um curso de especialização para o egresso após sua conclusão no curso técnico em agropecuária. Visando recompor a defasagem dos conhecimentos, principalmente os práticos que compõem o diferencial desta categoria, e que na atual grade curricular não contempla. A proposta visa à formação de uma parceria entre a Instituição de Ensino, a Secretaria de Estado da Educação e o Senar, que é uma instituição Federal ministrante de cursos para o setor da agropecuária.

3 palavras-chave: Educação, Qualidade, Técnico em Agropecuário

LISTA DE SIGLAS

SEED/PR – Secretaria de Estado da Educação do Paraná;

PPP – Projeto Político Pedagógico;

CNE/CEB – Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica;

CEE/CEB– Conselho Estadual de Educação/ Câmara de Educação Básica;

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

PROEM- Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio;

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento;

PARANATEC - Agência para o Desenvolvimento da Educação Profissional - empresa responsável pelos cursos técnicos no Estado do Paraná;

Link – Palavra utilizada para ligação entre páginas web;

CEEP – Centro Estadual de Educação Profissional;

PROINFO – Programa Nacional de Tecnologia Educacional;

UDP – Unidade Didático Produtiva;

DET/SEED – Departamento de Educação e trabalho da Secretaria de Estado da Educação do Paraná;

MEC – Ministério da Educação Nacional;

CREA/PR – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná;

SENAR/PR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Paraná;

PDCA – Ferramenta utilizada em gestão com significado (P) planejamento, (D) desenvolvimento, execução, (C) controle, (A) avaliação;

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 APRESENTAÇÃO/PROBLEMÁTICA	1
1.2 OBJETIVO GERAL DO TRABALHO	2
1.3 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO	2
2. REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA	4
3. METODOLOGIA	9
4. A ORGANIZAÇÃO	9
4.1 DESCRIÇÃO GERAL:	9
4.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	11
5. PROPOSTA	15
5.1 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA	15
5.2 PLANO DE IMPLANTAÇÃO	18
5.3 RECURSOS	20
5.4 RESULTADOS ESPERADOS	21
5.5 RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO-CORRETIVAS	21
6. CONCLUSÃO	23
7. REFERÊNCIAS	25
ANEXOS	27

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação/Problemática

Este trabalho é uma análise do sistema educacional do ensino profissionalizante do Estado do Paraná, especificadamente o curso técnico em agropecuária na modalidade integrado com o ensino médio, ministrado pelas Instituições Públicas do Estado. Atualmente o Estado do Paraná possui 18 colégios Agrícolas ou Centros de Educação Profissional, ministrando esta modalidade do curso técnico em agropecuária. O objeto deste estudo foi o Centro Estadual de Educação Profissional Lysímaco Ferreira da Costa de Rio Negro. A necessidade de analisar este segmento do ensino, bem como a aceitação dos profissionais formados no Estado pelo mercado de trabalho, vem das constantes mudanças nas regras e conseqüentemente à inconstância do estilo de formação do profissional técnico em agropecuária. Os princípios neoliberais implantados pelos governos Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso e regionalizado no Estado do Paraná pelo governo de Jaime Lerner, provocaram uma verdadeira confusão na formação profissional, principalmente pela obrigatoriedade imposta pelo Decreto 2.208/97, separando o ensino profissional do ensino médio. Foi neste período, de 1996 até 2004, que o Colégio Agrícola de Rio Negro perdeu a identidade conquistada durante 60 anos de formação dos filhos dos agricultores da região Sul do Paraná e Norte de Santa Catarina. A região de procedência dos alunos deste Colégio é considerada de predominância de pequenos agricultores que utilizam a agricultura familiar como alternativa de renda. A desigualdade social deste setor primário da economia obriga grande parte dos filhos dos agricultores a auxiliar nos trabalhos de sustentabilidade da família, deixando de lado os estudos. O principal problema da modalidade de ensino profissional integrado ao ensino médio está justamente na seqüência do egresso após sua conclusão do curso. Em pesquisa com os alunos do curso técnico em agropecuária na média dos três últimos anos, 73,4 % dos alunos egressos possuíam minoridade. Portanto, pelas regras atuais, só poderiam ingressar no mercado de trabalho como aprendiz. A exigência do mercado de trabalho para os profissionais técnicos em agropecuária do sexo masculino é após a dispensa do serviço militar, ou seja, após os 18 anos. Para determinados cargos, onde há necessidade de deslocamento e que a empresa disponibiliza veículo para

locomoção, a exigência é também a carteira de habilitação definitiva, isto somente acontece após um ano de carteira provisória, ou a partir dos 19 anos de idade. Na realidade regional 88% dos egressos que ingressam no mercado de trabalho, por possuir necessidade de complementação de renda ou para sua subsistência, acabam trabalhando em áreas diferentes de sua formação. Com a globalização da economia, também o mercado agropecuário busca novidades no mercado internacional, fato que os egressos necessitam estar constantemente se atualizando, para se colocar com aptidão necessária exigida, mas trabalhando em área diferente isso não acontece. Segundo observações de gestores, professores, pedagogos e egressos deste curso a grade atual na prática, está na contrapartida com a realidade do mercado de trabalho. A principal essência na formação do técnico em agropecuária e exigência do mercado de trabalho é o conhecimento prático adquirido durante sua formação através da máxima “*aprender fazendo*”, isto foi assassinado na grade atual com a redução de todas as aulas que traziam para a realidade da prática os conhecimentos teóricos. Ao reduzir de 5800 para 4800 horas/aula a carga horária do curso e de 300 para 160 horas/aula de estágio supervisionado, a SEED/PR construiu um abismo entre os egressos do curso técnico em Agropecuária e sua colocação no mercado de trabalho.

1.2. Objetivo Geral do trabalho

Identificar na estrutura curricular do curso técnico em agropecuária da rede pública de ensino do Estado do Paraná, as aproximações com o mundo do trabalho, equiparando a realidade escolar com a exigência de mercado de trabalho.

Objetivos específicos do trabalho

1. Analisar a estrutura curricular do Curso Técnico em Agropecuária diante da realidade do mercado de trabalho;
2. Identificar as exigências imediatas para os egressos do Curso Técnico em Agropecuária ao ingressarem no mercado de trabalho.

1.3 Justificativas do objetivo

A educação profissional paranaense está fundamentada nos princípios de gestão democrática: “a educação como direito do cidadão, a universalização do ensino, a escola pública, gratuita e de qualidade, o combate ao analfabetismo, o

apoio à diversidade cultural, a organização coletiva do trabalho escolar” (SEED, 2005, p.35). A contradição entre formação geral e formação específica, formação para a vida e formação para o trabalho, são questões que precisam constantemente ser repensadas, priorizando a oferta de uma educação de qualidade, onde contemple a formação de pessoas que compreendam a realidade e que possam também atuar como profissionais, capazes de se desenvolverem e, através de sua visão de mundo e a partir de seus conhecimentos, ajudarem no desenvolvimento de outras pessoas e das comunidades onde estão inseridos (PPP 2010). As mudanças constantes das regras para a educação profissional através de pareceres, decretos e leis, mostra a fragilidade do sistema educacional em todo seu contexto histórico. Atualmente a educação profissional integrada, em sua totalidade, está sem ideologia, não consegue formar para nenhuma das vertentes seguintes pós-conclusão do ensino médio integrado com o técnico, ou seja, não prepara o aluno com conhecimento suficiente para o vestibular nas universidades; nem prepara o profissional para as exigências do mercado de trabalho; e nem prepara o aluno suficientemente com conhecimento, maturidade e responsabilidade para quebrar os paradigmas culturais da agricultura familiar. A Resolução CNE/CEB nº04/99 trata do tema, “A formação profissional, desde as suas origens, sempre foi reservada às classes menos favorecidas, estabelecendo-se uma nítida distinção entre aqueles que detinham o saber (ensino secundário, normal e superior) e os que executavam tarefas manuais (ensino profissional)”. A presença da profissionalização no ensino médio deve ser compreendida por um lado, como uma necessidade social e por outro lado, como um meio pelo qual a categoria “trabalho” encontre espaço na formação humana. É através da relação entre teoria e prática, que a escola, através de seu currículo, deve procurar desempenhar e realizar uma educação que constrói forma e transforma o ser humano, essas transformações, no atual mundo globalizado, são necessárias para a melhoria de qualidade de vida de toda a sociedade. A grade curricular do curso técnico em agropecuária foi reformulada para atender ao contido nas deliberações 03/08 e 04/08, ambas do CEE/PR, assim como a Lei Federal nº 11.684/08, aprovada em 02/06/2008, alterando o artigo 36 da Lei 9394/96, para incluir as disciplinas de filosofia e sociologia no currículo de todas as séries do ensino médio. A SEED através do Departamento de Educação e Trabalho no documento Adequação do Plano do Curso Técnico em Agropecuária coloca como objetivos deste curso o seguinte:

a) Valorizar a educação como processo seguro de formação de recursos humanos, de desenvolvimento do sistema social mais amplo e competitivo. b) Desenvolver o autoconhecimento, para melhorar a adaptação sócio educacional e proporcionar ao aluno uma formação que lhe permita inserir no mundo do trabalho para uma vida profissional produtiva. c) Propiciar conhecimentos teóricos e práticos amplos para o desenvolvimento da capacidade de análise crítica, de orientação e execução de trabalho no Setor Agropecuário. d) Formar profissionais críticos, reflexivos, éticos, capazes de participar e promover transformação no seu campo de trabalho, na sua comunidade e na sociedade na qual está inserido. e) Profissionalizar egressos do ensino fundamental para atuação na área de Agropecuária, visando seu ingresso no mundo do trabalho no território nacional. f) Propiciar uma formação que possibilite o aluno realizar planejamento, administrar, monitorar e executar atividades na área da agropecuária. (Parecer CEE/CEB Nº 301/10).

Para atingir estes objetivos torna-se necessário uma avaliação e acompanhamento dos resultados refletidos nos egressos com a adoção desta grade curricular, buscando identificar os pontos fracos e através de diálogo com os educadores procurar uma melhor adequação para a melhoria do ensino aprendizagem.

2. Revisão teórico-empírica

Historicamente a educação profissional no Brasil, até o século XIX não existia propostas sistemáticas de experiências de ensino, uma vez que prevalecia a educação propedêutica voltada para as elites. Segundo o Parecer nº16/99 do CNE/CEB pode ser considerado como o início da educação profissional no Brasil o Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, criando o “Colégio das Fábricas” em 1809. Em 1906, o ensino profissional passou a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, criando 19 escolas de artes e ofícios em diferentes unidades da federação, sendo essas, as precursoras das escolas técnicas estaduais e federais. Ao longo das décadas de 1930 e 1940, pode-se perceber o desenvolvimento de alternativas voltadas à formação dos trabalhadores. Em 1931 foi criado o Conselho Nacional de Educação e, nesse mesmo ano, também foi efetivada uma reforma educacional, conhecida pelo nome do Ministro Francisco Campos. Neste período o curso primário vinha acompanhado das alternativas de curso rural e curso profissional com quatro anos de duração. Após esses quatro anos, o aluno poderia cursar alternativas de trajetórias voltadas exclusivamente para a formação do trabalho no nível ginasial, dentre elas, o normal, o técnico agrícola ou o técnico

comercial. Em 1942, começou a ser aprovado o conjunto das chamadas “Leis Orgânica do Ensino”, que ficou conhecido como a “reforma Capanema”. Nessa nova estruturação do ensino foram criados os cursos médios de 2º ciclo, científico e clássico, com duração de três anos, com o objetivo de preparar os estudantes para o ingresso no ensino superior. Assim, a educação profissionalizante, parte final do ensino secundário, era constituída pelos cursos normal, industrial técnico, comercial técnico e agro técnico. Durante a Reforma Capanema, quando foram criadas as chamadas “Leis Orgânicas da Educação Nacional”, dentre elas destaca-se o Decreto-Lei n.º 9.613/46 que estabelece as bases de organização e de regime do ensino agrícola, que é o ramo do ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura. Após longo período de tramitação e debates, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira é promulgada em 1961 (Lei nº 4.024/1961), trazendo mudanças significativas para a educação profissional, equiparando o ensino profissional, do ponto de vista da equivalência e da continuidade de estudos, para todos os efeitos, ao ensino acadêmico, sepultando, pelo menos do ponto de vista formal, a velha dualidade entre ensino para “elites condutoras do país” e ensino para “desvalidos da sorte”.

A diferenciação e o desenvolvimento dos vários ramos profissionais, em decorrência do desenvolvimento crescente dos ramos secundário e terciário, conduzem ao reconhecimento da legitimidade de outros saberes, que não só os de cunho acadêmico, na etapa que se caracteriza como tradicional nova, do ponto de vista do princípio educativo. Pela primeira vez a legislação educacional reconhece a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos profissionais e propedêuticos, para fins de prosseguimento nos estudos. (KUENZER, 2007, p. 29).

Em 1971, sob a égide do governo militar, há uma profunda reforma da educação básica promovida pela Lei nº 5.692/71 – Lei da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus, a qual se constituiu em uma tentativa de estruturar a educação de nível médio brasileiro como sendo profissionalizante para todos. Essas mudanças implementadas pela referida Lei concentraram-se na educação de grau primário e de grau médio, mais especificamente nos cursos que até então se denominavam primário, ginásial e colegial, os quais passam a ser denominados de 1º grau e 2º

grau, sendo que o 1º grau agrupou o primário e o ginásial e o 2º grau absorveu o colegial.

Quanto à preparação para o trabalho, até meados da década de setenta, a formação profissional limitava-se ao treinamento para a produção em série e padronizada, com a incorporação maciça de operadores semiquualificados, adaptados aos postos de trabalho, desempenhando tarefas simples, rotineiras e previamente especificadas e delimitadas. A partir da década de 80, as novas formas de organização e de gestão modificaram estruturalmente o mundo do trabalho. Um novo cenário econômico e produtivo se estabeleceu com o desenvolvimento e emprego de tecnologias complexas, agregadas à produção e à prestação de serviços e pela crescente internacionalização das relações econômicas. Em consequência, passou-se a requerer sólida base de educação geral para todos os trabalhadores; educação básica aos não qualificados; qualificação profissional de técnicos; educação continuada para atualização, aperfeiçoamento, especialização e requalificação de trabalhadores.

As escolas e instituições de educação profissional buscaram diversificar programas e cursos profissionais, atendendo novas áreas e elevando seus níveis de formação. As empresas passaram a exigir trabalhadores cada vez mais qualificados. O Decreto nº 2208/97, que definiu a oferta da profissionalização de nível técnico de forma concomitante ou sequencial ao Ensino Médio, objetivou-se a ampliação de vagas no Ensino Profissional, através do financiamento de Instituições Federais, Estaduais e Comunitárias, para construção e ampliação de infra estruturas, aquisição de equipamentos e capacitação de professores, ao mesmo tempo em que desvinculou a formação básica da formação profissional. Este Decreto fez parte da Reforma do Estado, resultado das políticas neoliberais iniciadas com o governo Fernando Collor e reeditadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Este veio de forma autoritária regulamentar a matéria atendendo aos interesses das alianças conservadoras e da comunidade econômica internacional, separando ensino médio e ensino técnico, através de organização curricular própria e independente. A Resolução nº 04/99 e o Parecer CNE/CEB nº16/99 configuram as Diretrizes Nacionais para os cursos técnicos de nível médio, apresentando a pedagogia das competências para a empregabilidade e organizando o ensino por módulos, símbolos de uma pedagogia mercantilista e fragmentada. Durante o ano de 2003 até julho de 2004, houve grandes debates relativos à relação entre o ensino médio e a

educação profissional. As características da sociedade brasileira com extrema desigualdade socioeconômica obriga grande parte dos filhos da classe trabalhadora a buscar colocação no mundo do trabalho, visando completar o rendimento familiar ou até mesmo a autosustentação, muito antes dos 18 anos de idade. Essas condições deram origem ao Decreto 5.154/04 e posteriormente permitiram a incorporação de seu conteúdo à LDB, através da lei 11.741/08, que além de manter as ofertas dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes, teve o mérito de trazer de volta a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio.

No Paraná, os reflexos do Decreto 2.208/97, apareceram através da Resolução nº 4394/96 da SEED, criando o Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio (PROEM) que foi implantado a partir de 1997 nos moldes da ideologia neoliberal, (financiado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento), suprimiu-se a oferta das chamadas “habilitações técnicas” e passou a oferecer o Ensino Médio somente em sua forma “propedêutica”. O ensino profissionalizante transformava-se em ensino modular, sem a perspectiva de formação humana. Da política do PROEM, instituiu-se a Agência para o Desenvolvimento da Educação Profissional – PARANATEC, empresa de caráter privado que até 2002 “gerenciava” os cursos de nível técnico da Rede Estadual. Foi com a estruturação da Secretaria de Estado da Educação, através do departamento de Educação Profissional, que se iniciou a retomada da oferta da educação profissional pública, no Estado do Paraná, encerrando assim, as atividades da PARANATEC, devolvendo ao setor público a capacidade gerencial e pedagógica desse segmento. Conforme o documento Fundamentos Políticos e Pedagógicos para a Educação Profissional (SEED, 2005, p.08). Consta a “realização de diagnóstico para levantamento das reais necessidades de expansão, considerando tendências socioeconômicas das regiões do Estado, como do provimento de recursos materiais e humanos”. A gestão 2003/2006 da Secretaria de Estado da Educação assumiu, portanto, o desafio da Educação Profissional da Rede Pública Estadual, refletida na priorização da retomada da oferta de nível técnico à Educação Profissional, objetivando a formação para o trabalho, com acesso aos saberes técnicos e tecnológicos e considerando as tendências socioeconômicas das regiões do Estado. Estes pressupostos básicos considerados na definição da política da educação profissional levaram à perspectiva de uma educação profissional de nível

técnico, que privilegiasse propostas curriculares cujos princípios fossem: o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia. Desta forma, a reformulação curricular na perspectiva da articulação com a educação básica, explicita as diretrizes que apoiam a política de retomada da oferta da educação profissional, com especial foco na expansão e reestruturação curricular, na instituição do quadro próprio de professores para esta modalidade, na formação continuada dos profissionais, na melhoria da estruturação física e material dos estabelecimentos e na sua manutenção sem a cobrança de taxas de qualquer natureza e, ao mesmo tempo, no favorecimento do desenvolvimento das atividades pedagógicas de currículo e ensino, contribuindo de forma efetiva para a melhoria da formação dos alunos.

Os precursores do ensino agrícola do Brasil foram instituições criadas, a partir de 1910, para abrigar crianças e adolescentes abandonados ou infratores, tendo como objetivo o ensino de noções em agricultura e alfabetização. Através da Lei Orgânica do ensino Agrícola de 1946, os estabelecimentos de ensino agrícola foram divididos em três segmentos: “Escolas de Iniciação Agrícola, com objetivo de preparar o profissional para a função de operário agrícola; Escolas Agrícolas formavam profissionais para o ensino do trabalho de mestre agrícola; e Escolas Agro técnicas, formavam profissionais com técnicas próprias para o exercício de funções específicas em áreas da agricultura como zootecnia, laticínios e horticultura. A denominação “Colégios Técnicos Agrícolas” deu-se nas décadas de 60 e 70 com a introdução dos cursos técnicos em nível de segundo grau e a extinção dos ginásios agrícolas. No documento *”Ensino Agrícola no Estado de São Paulo”*, Machado (1992) identifica cinco fases do ensino agrícola no Brasil: “Antecedentes” – no período Brasil Colônia e Império; “Primeiras Tentativas” – período compreendido de 1892 a 1942; “Estruturação” – de 1942 a 1963; “Expansão e Consolidação” – de 1963 a 1976; e “Crise e Reorganização” - de 1976 a 1991. Em 05 de novembro de 1968 foi promulgada a lei nº 5.524, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de Nível Médio. Em 06 de fevereiro de 1985 entra em vigor o Decreto nº 90.922 de Regulamenta a Lei nº 5.524 de 05 de novembro de 1968, dispondo sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau. Em 30 de dezembro de 2002, foi publicado o Decreto nº 4.560, que altera o decreto nº 90.922 de 06 de fevereiro de 1985, regulamentando a Lei 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e

técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau. Referenciando a legislação citada a categoria escolheu o dia 05 de novembro como o dia nacional do técnico agrícola.

3 Metodologia

Para ter certeza das informações colocadas neste projeto buscou-se trabalhar bastante com a relação que é a essência do ensino técnico em agropecuária, a teoria com a prática para encurtamento da relação ensino aprendizagem. As informações foram conseguidas com pesquisa documental no acervo da instituição, como a relação dos alunos, data de nascimento e idade. Três pesquisas de campo foram realizadas, uma com os alunos do Colégio buscando traçar um perfil dos alunos matriculados em 2013, como procedência e sustentabilidade da família; uma com os egressos dos três últimos anos, procurando saber sua ocupação, trabalho ou estudo e o tempo esperado para esta atividade desde a formatura. Foi utilizado como ferramenta de pesquisa o facebook para localizar os egressos e enviar o questionário através de um “Link”; e uma pesquisa com os profissionais liberais e empresas que acolhem os egressos no mercado de trabalho, trazendo a realidade do mercado de trabalho através de uma avaliação dos egressos na visão do mercado empregador. As informações foram conseguidas através de uma visita às empresas da região e após foi enviado por e-mail o link para a coleta das informações, sem ter a necessidade de identificar o respondente, pois isto inibiria o conteúdo das respostas. Para um maior conhecimento da realidade interna da Instituição foi realizado uma entrevista com os educadores participantes do processo de ensino aprendizagem em todos os níveis, do gestor até os auxiliares de campo.

A Organização

4.1 Descrição geral:

O atual Centro Estadual de Educação Profissional “Lysímaco Ferreira da Costa”, originou-se da Estação Experimental de Viticultura, Enologia e Frutas de Clima Temperado de Rio Negro, criada em 18 de novembro de 1936. Em 19 de abril de 1941, a Estação Experimental foi transformada em Escola de Trabalhadores Rurais “Lysímaco Ferreira da Costa”, ministrando o curso primário até 1955. De 1956 a 1962, ofertou o Curso de Iniciação e Mestria Agrícola, passando a

denominar-se Escola Agrícola “Lysímaco Ferreira da Costa”. Em 1963 iniciou-se o Curso Ginásial, que foi ofertado até o final de 1965, quando sua denominação foi alterada para Colégio Agrícola Estadual “Lysímaco Ferreira da Costa”. De 1966 a 1973 ofertou o Curso Colegial Agrícola. De 1974 a 1998 ofertou o Curso de 2º Grau com Habilitação em Técnico em Agropecuária. Em 1982 foi criada a Cooperativa Escola dos Alunos do Colégio Agrícola Estadual “Lysímaco Ferreira da Costa”. Em 1999 passou a ofertar o Curso Técnico em Produção Agrícola com ênfase em Olericultura na modalidade Pós-Médio. No ano 2000, passou a admitir novamente alunos do Ensino Médio nos Cursos Técnico em Agricultura e Técnico em Pecuária. Naquele ano passou a denominar-se Centro Estadual de Educação Profissional “Lysímaco Ferreira da Costa”. Em 2004, em virtude do Decreto Presidencial 5.154/04 passou a ofertar o Curso Técnico em Agropecuária nas modalidades Integrado e Subseqüente. Com uma área de 111 hectares, a Fazenda-Escola ou como é conhecida a Unidade Didático Produtiva, possui 35 hectares destinados à produção vegetal, em grandes culturas como (milho, soja, feijão, cevada, trigo e aveia); 18 hectares destinados ao setor de agrostologia (pastagens de verão e inverno destinados ao consumo animal); e 1,5 hectares destinados à horticultura (olericultura, fruticultura, silvicultura e paisagismo). A área de produção animal é composta pelas unidades de bovinocultura de leite, suinocultura, ovinocultura, caprinocultura, avicultura de postura, coturnicultura e cunicultura. O setor de infraestrutura Rural, que envolve tratores, máquinas, implementos e equipamentos agrícolas, tem a função de dar apoio à complementação da formação do técnico em agropecuária e essencialmente ser um prestador de serviços para toda a unidade de produção da Fazenda Escola. A administração do Centro de Educação profissional é composta pela direção geral, direção auxiliar pedagógica e direção auxiliar da unidade didática produtiva. A equipe de direção possui para seu auxílio de 66 funcionários, 29 professores e 05 professores pedagogos. No Aspecto físico o CEEP dispõe de dois alojamentos com onze quartos e três banheiros coletivos; um refeitório; uma cozinha semi-industrial; uma cantina; dois almoxarifados de alimentos não perecíveis; um almoxarifado com produtos de limpeza; seis salas de aula, sendo duas de madeira; uma biblioteca; uma sala de aula readaptada para o laboratório de química e uma sala de aula readaptada para o laboratório de biologia. Sala pedagógica; sala dos professores; laboratório de informática PROINFO, laboratório de informática PARANÁ DIGITAL; secretaria; três salas de direção; sala de

administração de internato; lavanderia; banheiro semi-interno masculino e feminino; sala arquivo morto; dependências para os setores de produção; garagens para um micro-ônibus, um caminhão MB 608, dois utilitários, além dos cinco tratores, a colheitadeira e os implementos agrícolas.

4.2 - Diagnóstico da situação-problema

A relação da teoria com a prática

A educação tem o papel fundamental de proporcionar ao educando a consciência de ser e estar no mundo e nele agir para a transformação. Assim, é necessário que se desenvolva uma educação voltada para o equilíbrio entre a teoria e a prática. No setor da agropecuária, principalmente a atividade do técnico em agropecuária, se torna essencial uma formação voltada para as atividades práticas, pois este é o diferencial da categoria. No contexto de prática educativa, pode-se entender a relação teoria-prática como uma unidade indissolúvel, em que a prática constitui-se numa ação orientada pela teoria. Assim os conhecimentos do mundo teórico não existiriam sem a prática social, da mesma forma em que os conhecimentos práticos não existiriam sem um embasamento teórico. A prática educativa favorece a relação do aluno com a escola, com o saber e o aprender, na medida em que possibilita a busca e a produção do conhecimento, desperta o desejo em aprender, em estabelecer relações e confrontar opiniões. A prática educativa estimula a autonomia intelectual do aluno com a participação e promoção do crescimento individual e social através das ações de incentivo à capacidade de criar, de pesquisar e articular conhecimento a outras situações cotidianas do dia-a-dia. Compreende-se a prática como a atividade de produção intencional, baseada num conhecimento, possui objetivo e finalidade que resultam numa ação refletida, pensada, que gera transformações e inovações. Entende-se por teoria o conjunto de conhecimentos elaborados historicamente, baseados na prática humana e social e reconhecidos pela sociedade, comunidade acadêmica e científica. A teoria é a prática problematizada, pensada, teorizada. No documento Diretrizes para a Educação Profissional da SEED/PR, 2005, a relação teoria e prática é trabalhada também como parte e totalidade no processo ensino-aprendizagem. O tratamento metodológico privilegiará a relação entre teoria e prática e entre parte e totalidade. São outras as competências a desenvolver, para além da simples memorização de passos e procedimentos, que incluem as habilidades de comunicação, a capacidade

de buscar informações em fontes e meios diferenciados e a possibilidade de trabalhar cientificamente com tais informações para resolver situações problemáticas e criar novas soluções; e sobretudo, é outro o processo de conhecer, que ultrapassa a relação apenas individual do homem com o conhecimento, para incorporar as múltiplas mediações do trabalho coletivo. {...} Contudo, a prática não fala por si; os fatos práticos ou fenômenos têm de ser identificados, contados, analisados, interpretados, já que a realidade não se deixa desvelar pela observação imediata. É preciso ver além da imediaticidade para compreender as relações, as conexões, as estruturas internas, as formas de organização, as relações entre parte e totalidade, as finalidades que não se deixam conhecer no primeiro momento, quando se percebem apenas os fatos superficiais, aparentes, que ainda não constituem conhecimento. {...} Por meio deste movimento do pensamento que se debruça sobre a prática para apreendê-la e compreendê-la, estabelece-se a relação entre teoria e prática, princípio que deve estar presente em todos os momentos da práxis pedagógica. “Ao aprender a trabalhar esta relação, o aluno passará de mero espectador a protagonista, capaz de transformar as relações sociais e produtivas a partir de sua interpretação” (SEED 2005). Esta relação dentro da escola precisa ser bem afinada, um professor da área técnica respondeu o questionário com a opinião: *“Para aprender, primeiro é essencial a informação, por isso a teoria deve estar intercalada com a prática”*. Os CEEPs possuem Unidades Didáticas Produtivas, uma fazenda dentro do ambiente escolar, visando sua utilização como laboratório para as aulas práticas do curso técnico em agropecuária. O coordenador de curso é o responsável para fazer a integração entre a UDP e o setor pedagógico. É a peça chave no processo ensino aprendizagem, se o coordenador não integrar os setores a formação do aluno torna-se deficitária. Por outro lado a UDP deve manter informado o coordenador de curso e o setor pedagógico sobre as operações e trabalhos que serão realizados na fazenda, para que o professor, tanto da área técnica como do núcleo comum, adapte seus conteúdos e acompanhe os alunos no campo para participarem juntos das atividades, mostrando o que acontece em uma propriedade e relacionando o conteúdo ministrado na teoria e sua concretização na prática. No questionário realizado com os educadores do Ceep Lysímaco Ferreira da Costa sobre a relação da UDP com o setor pedagógico, ou seja, a importância da teoria com a prática, um funcionário administrativo respondeu: *“É importantíssima, a teoria e a prática precisam andar de braços dados”*, um professor da área técnica

respondeu que a relação esta deficitária: “*Precisa ser bem mais integrada*”, Outro do núcleo comum acompanha: “*Está bastante deficiente; em parte por causa da alta rotatividade de profissionais no Colégio*”.

Grade Curricular do curso técnico em agropecuária

Durante o ano de 2007 o Departamento de Educação e Trabalho, da Secretaria de Educação do Paraná realizou três encontros com os educadores da Rede Estadual de Ensino, compostos com representantes das áreas de conhecimento dos Núcleos Regionais de Educação, um professor/docente da área técnica e um pedagogo/docente, com o objetivo de analisar, discutir e reestruturar o plano do curso técnico em agropecuária. Em entrevista com os educadores que participaram dos encontros, todos foram unânimes em afirmar que a grade atual não corresponde com a grade que foi discutida e aprovada pelos educadores nos encontros realizados pelo DET/SEED. O mesmo Departamento em sua justificativa constando no processo nº 1455/2009, parte integrante do Parecer CEE/CEB nº 301/10, descreve que os Planos de Curso reestruturados foram alterados para adequação ao contido no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Nível Médio e a Lei Federal 11.674/08, que alterou o artigo 36 da Lei 9394/96, para incluir as disciplinas de Filosofia e Sociologia nos currículos do ensino médio. Ou seja, dos encontros com os educadores não houve aproveitamento, pois o Departamento enviou ao CEE/CEB a sua própria grade. Deveria após a publicação do catálogo e da sanção da referida legislação acima citada, programar um novo encontro com os educadores para uma nova adequação da grade, mantendo a colaboração de quem realmente é parte integrante da educação, que são os docentes de sala de aula. No questionário realizado com os educadores sobre a grade perguntou-se o seguinte: “A grade curricular do curso técnico em agropecuária foi reformulada para atender ao contido nas deliberações 03/08 e 04/08, ambas do CEE/PR, assim como a Lei Federal nº 11.684/08. Na prática adicionou as disciplinas de filosofia (240hora/aula) e sociologia (240 horas/aula), e reduziu a carga horária total de 6000 Horas/aula, para 4800 horas/aula. Você acha esta carga horária suficiente para formar um profissional técnico em agropecuária com padrões de qualidade exigida para a competência da função? Justifique”. A opinião de um funcionário administrativo foi: “*Não, além de tudo ela tirou as aulas de práticas em agropecuária, um técnico agrícola precisa muito mais de conhecimento técnico do que andar filosofando e*

socializando pelas áreas agrícolas, ele precisa de experiência e conhecimento. É muito importante que essa grade seja revista, pois quem está perdendo com isso, são os alunos". Um professor da área técnica respondeu: "*Estas duas disciplinas formam o cidadão consciente, por isso são importantes, quanto à carga horária necessita de ajustes*". Um professor do núcleo comum respondeu: "*Não: Essa carga é muito reduzida para que se possa formar um profissional capacitado para essa formação*". Analisando a grade em seu contexto geral definimos que a mesma está em desacordo com as exigências, tanto do mercado de trabalho como no preparo do egresso para prosseguimento nos estudos ou para atuação na agricultura familiar. O Estado do Paraná é muito grande em suas dimensões culturais, e, pela diversidade de cursos profissionais integrados ao ensino médio, se torna inviável, do ponto de vista de aproveitamento dos estudos, manterem uma grade do ensino médio unificada para todo o Estado. A exigência de conhecimento muda de região para região e de curso para curso. Por exemplo: um curso profissional de administração integrado com o ensino médio irá necessitar de mais conteúdo nas disciplinas de matemática e língua portuguesa do que física e química. O curso técnico em agropecuária integrado com o ensino médio necessita de ênfase e atenção por parte dos gestores, coordenadores de curso, pedagogos e professores, para a perfeita integração entre a teoria e a prática, uma vez que as escolas agrícolas dispõem de Fazenda-escola como laboratório para o ensino-aprendizagem. As disciplinas do ensino médio mais próximas e que podem participar ativamente da integração teoria/prática são: Biologia, Química, Física, Matemática e Língua Portuguesa. Sociologia e Filosofia auxiliam muito na formação do caráter e do cidadão, mas não há necessidade de um peso tão grande para estas disciplinas como foi destinado na grade atual, são 240 horas/aula para cada disciplina, ou um aumento de 300% na carga horária das duas disciplinas, relacionada com a grade de 2010. Quantidade nunca foi e nem será sinônimo de qualidade. Por exemplo, fato repassado por uma agente de limpeza de pátio ao abordar um aluno jogando lixo fora das lixeira, o aluno respondeu à zeladora da seguinte maneira: "*É sua função limpar o pátio, se a gente não sujar você não tem o que fazer*". Comprovando que apenas o aumento da carga horária das disciplinas de Filosofia e Sociologia, sem sua adequação à realidade teórico/prática do curso não melhorará a formação do cidadão. Outro desconforto na mudança da grade do ensino médio atual em relação ao antigo, está nas disciplinas de Biologia, Língua Portuguesa e Matemática com redução de 25% na carga horária

total. Ou seja, para formação de um profissional de qualidade, o conteúdo disciplinar deve aproximar ao máximo da realidade do campo de atuação deste profissional (quadro comparativo anexo 4). As disciplinas específicas foram as que mais sofreram com as mudanças, além da redução em 38,46% na carga horária total, de 3120 para 1920, o impacto foi grande nas disciplinas consideradas práticas, tornando o curso técnico em agropecuária muito teórico, sem, portanto utilizar, ou utilizar ao mínimo, o laboratório vivo (fazenda-escola) para a prática dos alunos, executando o que foi repassado em sala de aula. As 16 disciplinas da grade de 2004 foram condensadas em apenas 8 na grade atual (2010), teorizando ainda mais os conteúdos do curso técnico em agropecuária. (Quadro comparativo anexo 4).

4 Proposta

Disponibilizar um curso de especialização técnica para os egressos do curso técnico em agropecuária em regime de pós-médio com a teoria por módulos e a prática a ser realizada na Fazenda-escola do CEEP Lysímaco Ferreira da Costa.

5.1 Desenvolvimento da proposta

A LDB, considerando que a educação profissional deve se constituir num direito de cidadania preconiza a ampliação do atendimento, ao prescrever, para tanto, em seu artigo 42, que “as escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade”. Segundo Marilis de Lara, o Ensino Médio proposto pelo MEC sugere um currículo voltado para o desenvolvimento de competências, em que a interdisciplinaridade e a contextualização estão relacionadas com a prática educativa. A LDB nº 9.394/96 proporciona autonomia às escolas na medida em que lhes cabe a responsabilidade de elaboração de seu Projeto Político Pedagógico, baseadas na realidade que vivenciam. Assim, não há conteúdo programático listado a ser seguido rigorosamente e não há livros obrigatórios a serem adotados. A escola possui autonomia para definir que conteúdos irão ser trabalhados, o que proporciona a decisão por programas que atendam às expectativas de professores e alunos (LARA, 2009). Além de atender essas expectativas a escola deve ser mais abrangente para atender às expectativas da comunidade onde o egresso será inserido. Por isso deve estar atento às necessidades advindas do mercado de

trabalho para que seu produto (Técnico em Agropecuária) seja inserido na comunidade com um padrão de qualidade adequado. O estudo realizado no Centro de Educação Profissional Lysímaco Ferreira da Costa, aponta para três questões principais em que justifica o a elaboração deste projeto técnico, são:

- 1 _ Avaliação negativa do egresso por parte do mercado de trabalho;
- 2 – A idade imprópria em que os estabelecimentos de ensino disponibilizam os egressos para o mercado de trabalho;
- 3 – A grade curricular imprópria e inadequada para que se consiga formar um profissional técnico em agropecuária com a qualidade exigida pelo mercado de trabalho.

Avaliação do egresso

As pesquisas realizadas demonstraram que os egressos não estão atendendo as exigências. Na pesquisa com os empresários da região, mostra dados preocupantes quanto à qualidade dos egressos. O questionário foi enviado por e-mail para ser respondido online, mas antes foi realizada uma visita aos empresários para explicar o objetivo da pesquisa, dando mais credibilidade as informações coletadas. Na média, a avaliação geral, realizada pelos empresários, analisando os critérios; conhecimento técnico; cidadão responsável; atualidades; espírito de liderança; conhecimentos práticos e comunicação foram de 4.19, em uma escala de 0 a 10, sendo os extremos, inferior conhecimentos práticos com 3.15 e o extremo superior, comunicação, com 4.73 (Anexo 6). Para um curso que forma profissionais diretamente para o mercado de trabalho, seja para uma empresa ou na agricultura familiar, a avaliação está muito abaixo da média esperada, ainda levando em consideração que o estudo é público, gratuito e caro, relacionando com os demais cursos técnicos que não dispõe de uma fazenda escola como laboratório vivo para o aprendizado do aluno. A estrutura dos CEEPs são complexas e muito onerosas para o Estado, se não for aproveitado ao máximo seu potencial e principalmente se não forem utilizadas as ferramentas próprias para que se desenvolva com qualidade a relação ensino-aprendizagem.

Idade inadequada para os egressos

O Poder Público, através de seu poder do legislador impõe limites para o ingresso do profissional no mercado de trabalho. Segundo as regras vigentes somente poderão ingressar no mercado de trabalho o indivíduo que possua maioridade, ou aos dezoito anos. No entanto o próprio Poder Público disponibiliza, ou forma profissionais com aptidão para o mercado de trabalho, (aptidão esta através do certificado de conclusão do curso técnico) aos dezessete anos e em alguns casos aos dezesseis anos de idade (Anexo 1). Sobre a formação do egresso do Curso Técnico em Agropecuária, o Conselho Estadual de Educação do Paraná transcreve em seu Parecer 301/10, os objetivos do curso técnico em agropecuária:

- Formar profissionais críticos, reflexivos, éticos, capazes de participar e promover transformação no seu campo de trabalho, na sua comunidade e na sociedade na qual está inserido;
- Profissionalizar egressos do ensino fundamental para atuação na área da agropecuária, visando seu ingresso no mundo do trabalho no território nacional;
- Propiciar uma formação que possibilite ao aluno realizar, planejamento, administrar, monitorar e executar atividades na área da agropecuária. (fls. 57-58).

No estudo de campo realizado no CEEP Lysímaco Ferreira da Costa, com os egressos dos anos 2010, 2011 e 2012, respectivamente 76%, 69% e 75 % possuíam minoridade por ocasião de sua formatura. Esta alta porcentagem de egressos somente poderiam atuar como jovem aprendiz no mercado de trabalho, mas esta proposição não é bem recebida pelos profissionais da área. Entre a formatura e a contratação do profissional como técnico em agropecuária, decorrem alguns meses. Muitos egressos necessitam trabalhar para auxiliar no orçamento familiar e procuram colocação em trabalhos informais ou na agricultura familiar, perdendo espaço no mercado para técnicos em agropecuária, pois nesta área do conhecimento sempre o profissional ou o egresso deve estar atualizado com os conhecimentos.

Grade curricular inadequada

A formação do profissional técnico em agropecuária, nos últimos anos vem sofrendo mudanças e interferências políticas de setores interessados em desagregar o ensino do profissional técnico em agropecuária. O grande diferencial desta profissão está no fato do técnico saber fazer na prática, ele consegue aliar a teoria e desenvolver na prática as atividades através de sua vivência e conhecimentos adquiridos na fazenda escola dos colégios agrícolas. Além destas realizações o

técnico em agropecuária pode, segundo determinações legais assinar projetos de responsabilidade técnica até um determinado valor, esta e outras competências eram de exclusividade dos engenheiros agrônomos, fato que provocou a intervenção do CREA. Segundo observação de um profissional com formação em pedagogia, no questionário para os profissionais da educação, o mesmo respondeu da seguinte maneira: *“A modificação da grade do curso técnico em agropecuária não condiz com o que foi discutido nos encontros com os profissionais da área, realizado pela SEED/PR, foi aprovado uma coisa e nos empurraram outra. O CREA/PR tem muita força política e não deixa que a grade mude para melhor, não interessa para os engenheiros agrônomos que o técnico em agropecuária atue com responsabilidade semelhante a sua área de atuação. Se a qualidade dos técnicos de nível médio for ruim será mais fácil aprovar leis impedindo a responsabilidade técnica destes profissionais”*.

5.2 Plano de implantação

A atual LDB estabelece no artigo 41 que *o conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos*. O Parecer CNE/CEB 16/99 ao abordar este artigo reconhece que *os conhecimentos adquiridos no trabalho também poderão ser aproveitados, mediante avaliação da escola que oferece a referida habilitação profissional*. Este ato normativo orienta que a responsabilidade por tal processo *é da escola que avalia, reconhece e certifica o conhecimento adquirido alhures, considerando-o equivalente aos componentes curriculares do curso por ela oferecido, respeitada as diretrizes e normas dos respectivos sistemas de ensino (CEE/CEB, 1999)*. A mudança e adequação da grade curricular envolve um processo demorado, portanto para corrigir os problemas encontrados sugere-se emergencialmente a aplicação das normas acima citada, bem como o artigo 42 da LDB citada anteriormente. Tal proposta envolve a disponibilização de um curso de especialização técnica em agropecuária no regime de pós-médio, apenas para os egressos do curso técnico em agropecuária. Para que o curso possa ser ministrado no CEEP Lysímaco Ferreira da Costa se faz necessária à elaboração de uma parceria entre o CEEP, a SEED/PR e o SENAR/PR. O curso deverá ser aprovado pelo Conselho Escolar da Instituição e somente após a direção poderá solicitar o reconhecimento e autorização de

funcionamento junto a Secretaria de Estado da Educação do Paraná. O referido curso terá carga horária de 1200 horas, subdivididos em dez módulos ou mini cursos, cada módulo com sua respectiva carga horária, dependendo do conteúdo a ser ministrado. O calendário de cada módulo dependerá do número de inscritos, onde deverá ter pelo menos quinze inscritos para o início do módulo. Dar-se-á preferência nas inscrições dos módulos primeiramente para os egressos do curso técnico em agropecuária, se não fechar com o número mínimo de participantes, poderá inscrever interessados da comunidade em geral. Os egressos do curso técnico que concluírem os dez módulos receberão o certificado de especialização técnico em agropecuária. Interessados da comunidade em geral que participarem dos módulos receberão apenas o certificado específico de cada módulo. Os módulos estão subdivididos em: 1 – Agricultura orgânica – com uma carga horária de 120 horas, contempla as informações básicas sobre os orgânicos, além de especificar as culturas do café, cana de açúcar, feijão, milho, soja e olericultura; 2 – Produção de frutas – com uma carga horária de 144 horas, contempla o básico em fruticultura e especificam as culturas de caqui, kiwi, pêra, maçã, pêssego, nectarina, ameixa, citros e uva, de clima temperado, além das espécies de clima tropical como: abacate, abacaxi, goiaba, acerola, banana, mamão e maracujá, 3 – Produção de grãos – com uma carga horária de 120 horas, contempla o cultivo de grãos e oleaginosas, manejo de plantas daninhas em plantio direto, manejo e conservação de solos, mecanização para o plantio direto, plantio em pequena propriedade, sistematização de áreas e o manejo integrado de pragas e doenças; 4 – Aplicação de agrotóxicos – com uma carga horária de 80 horas, contempla os conteúdos de aplicação com pulverizador costal, tratorizado com barras, turbopulverizador, auto propelido, formigas cortadeiras e integrado de agrotóxicos; 5 – Operação e manutenção de tratores agrícolas – com uma carga horária de 136 horas, abrange a operação e a manutenção dos tratores e dos implementos como: arado de disco, escarificador, grade, subsolador, cultivador, semeadeira e plantadeira, além do avançado em tratorista polivalente; 6 – Introdução à agricultura de precisão – com carga horária de 24 horas, este módulo traz os principais conhecimentos e introdução às tecnologias de precisão; 7 – Adequação ambiental – com uma carga horária de 24 horas, o conteúdo propõe as técnicas de silvicultura e nucleação, além de uma abordagem sobre a recomposição de vegetação ciliar; 8 – Reflorestamento – a carga horária deste módulo está programada para 76 horas distribuídas nos

conteúdos de inventário, poda e desbaste em cultivo florestal, prevenção e combate aos incêndios florestais, além do cultivo de pinus e eucalipto; 9 – Apicultura – Com uma carga horária de 72 horas, distribuídas entre a criação da “*apis mellifera*” com *conhecimento básico e avançado*; 10 – Psicultura – em uma carga horária de 16 horas, este módulos traz as informações necessárias para a produção organizada de peixes de água doce. O desenvolvimento dos módulos serão de inteira responsabilidade do SENAR/PR, após concretizada a parceria, pois os mesmos são cursos já implantados pelo Senar em seu catálogo de cursos. Estes cursos serão agendados seguindo a disponibilidade do instrutor e condição da Escola em disponibilizar o local para a realização. O calendário de cada módulo dependerá do número de inscritos, onde deverá ter pelo menos quinze inscritos para o início do módulo. As 388 horas faltantes são para a realização de projeto ou estágio supervisionado a ser realizado dentro do Colégio, pode ser um projeto específico, devidamente fundamentado e aprovado pela Comissão do Curso, com início meio e fim, e acompanhamento do responsável da área, para sua justa avaliação, ou apenas participação nas práticas dos setores, inclusive os finais de semana. Outras questões técnicas ou burocráticas poderão ser definidas pelo Conselho do Curso. Pesquisa realizada com os alunos da primeira e segunda série do curso técnico em agropecuária do CEEP Lysímaco Ferreira da Costa de 2013, 78% dos entrevistados colocaram-se a disposição para participar do curso. O início do curso poderá ser programado para o ano letivo de 2015, tendo todo o ano de 2014 para os processos burocráticos e legais.

5.3 – Recursos

Para atingir os objetivos desta parceria o CEEP Lysímaco disponibiliza o laboratório vivo, (fazenda escola), as dependências necessárias para realização dos módulos bem como os recursos humanos para o apoio. Em contrapartida o SENAR PR disponibiliza os instrutores, a estrutura de aprendizagem e o material didático, e a SEED/PR disponibiliza os recursos financeiros necessários para realização do curso. O CEEP Lysímaco ainda se responsabiliza em formar uma Comissão ou Conselho Técnico para avaliar e acompanhar a realização dos módulos, sempre atento para a qualidade no processo ensino aprendizagem. Este conselho será formado por técnicos dos setores envolvidos, professores das áreas técnicas, o coordenador do curso e o diretor da Unidade Didático Produtiva (escola fazenda).

No ano de 2012 o Governo do Estado subsidiou o CEEP com recursos do Fundo Rotativo nos valores de R\$ 218.883,70 para manutenção e serviços; R\$ 44.894,10 em cota extra para plantios, insumos e concentrados para alimentação animal; R\$ 450,00 para aquisição de kit gripe e R\$ 48.240,00 para alimentação dos alunos. Totalizando um montante de R\$ 312.467,80. Os alunos matriculados em 2012 totalizaram 252. O custo de cada aluno em 2012 foi de R\$ 1.239,90, apenas em recursos repassados, sem considerar os recursos humanos envolvidos diretamente na formação do técnico em agropecuária (CEEP,2013). Não justifica um investimento público enorme em educação com uma avaliação muito baixa do egresso por parte do mercado de trabalho, a qualidade dos profissionais deve ser melhorada. Cada ente envolvido no processo tem uma parcela de culpa pelo baixo índice avaliativo.

5.4 - Resultados esperados

Como a responsabilidade é de todos, não adianta esperar que a Secretaria de Educação disponibilize ferramentas para melhoria da qualidade, são 18 colégios agrícolas da rede de ensino do Estado, cada um tem sua especificidade e seus problemas, e cada qual deve procurar as ferramentas adequadas a sua realidade. Cabe ao CEEP Lysímaco propor as ferramentas necessárias para a melhoria da qualidade do egresso. Este projeto propõe uma ferramenta, e é responsabilidade dos gestores colocarem em prática seu funcionamento. Se a SEED/PR não autorizar seu funcionamento, então a responsabilidade passa a ser da SEED e Ela deverá propor outras medidas que compensem e tragam os referidos resultados esperados. As metas para o início do curso é de pelo menos 60% dos egressos de 2014 matriculados. Às matrículas do curso predisporão ao contido no artigo 42 da LDB, condicionando a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. Portanto não haverá um calendário específico para a matrícula, podendo ser realizada a qualquer tempo. Para que o egresso receba o certificado, deverá concluir os dez módulos em um tempo a ser definido pela comissão ou conselho técnico que irá acompanhar o desenvolvimento do curso, este não pode ultrapassar três anos contados a partir de sua matrícula.

5.5 - Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas

Todo projeto está sujeito a riscos e variáveis que interferem em seu funcionamento, não há como evitá-los, apenas criar condições para amenizá-los e situações para contornar os desvios. Para tanto o CEEP Lysímaco deve procurar organizar sua situação interna, reestruturar o sistema de gestão e principalmente organizar o laboratório vivo (fazenda escola). Na Unidade Didático Produtiva, existe uma defasagem muito grande em pessoal para execução das atividades dos projetos específicos, os quais serão essenciais para o desenvolvimento dos módulos. Estes podem ser remanejados de outras áreas, como por exemplo, da limpeza. Atualmente existem funcionários para limpeza dos alojamentos, sala de aula e pátio, todos os dias. O Colégio Agrícola deve representar ao máximo a realidade de uma família, e pelo menos esta responsabilidade deve ser delegada aos internos, isto é, uma questão de educação social, envolve a matéria de sociologia em sua concepção teoria prática, e deveria ser acompanhado pelos educadores. Os adolescentes devem aprender a zelar pelo ambiente em que estão inseridos, no caso do Colégio, as dependências dos alojamentos, sala de aula e pátio. Entretanto a função que está no topo da defasagem é a de técnico em agropecuária, atualmente existem apenas duas pessoas na função, onde para o suprimento correto da fazenda deveriam dispor de seis. Três no setor de pecuária (pequenos, médios e grandes) e três na agricultura (pequenos, médios e grandes). O técnico em agropecuária faz a ligação entre a prática e o professor da disciplina, além de conhecer as técnicas de produção/cultivo, ele é o responsável por manter o setor em perfeito funcionamento, executando as funções de planejamento, execução e controle do sistema produtivo e, ainda, transferente do conhecimento através das orientações técnicas, tanto para os alunos como para outros funcionários e participantes dos projetos.

6 Conclusão

O início deste projeto não tinha nenhuma convicção sobre qual seria o destino final do projeto. O pré projeto foi modificado duas vezes e ainda assim a proposta não estava contemplada no pré projeto. Isso demonstra como é complexo o sistema no qual o Centro Estadual de Educação Profissional Lysímaco Ferreira da Costa está inserido. O sistema educacional profissional, com sua inconstância na formação e na mudança das regras para o ensino técnico em agropecuária em todo seu contexto histórico, torna a formação do profissional suscetível às condições adversas e, portanto aumenta muito a responsabilidade de quem está inserido no processo de formação deste profissional. Com a busca das informações, aumentavam as condições desfavoráveis e novas situações problemas apareciam. Na análise dos egressos dos três últimos anos (anexo1) foi encontrada a primeira situação problema, 73.4% dos egressos possuíam minoridade e somente poderiam ingressar no mercado de trabalho como aprendiz. Na pesquisa com os empresários da região foi diagnosticada a principal situação problema, a alta rejeição do egresso por parte do mercado de trabalho. Na busca das informações para definir uma solução e para formatação da proposta, os educadores proporcionaram grandes situações, uma delas foi a grade do curso, que foi modificada pela SEED sem considerar as condições dos docentes e segundo os mesmos a grade está inadequada para a formação com qualidade do profissional técnico em agropecuária. A proposta encontrada foi o investimento em um curso de especialização para os egressos do curso técnico em agropecuária que contemplasse os conteúdos alheios à atual grade. No entanto o CEEP Lysímaco teria de adequar algumas situações para que esta proposta seja concretizada. Toda organização, seja ela pública ou privada necessita da utilização de técnicas para aprimorar ou maximizar o sistema de gestão por ela utilizada, no item anterior foi colocado que, para o sucesso da implantação deste projeto, necessitaria de uma maior organização interna e reestruturação do sistema de gestão, isso significa a utilização de técnicas e ferramentas administrativas para auxílio na concretização dos objetivos da instituição. Para a organização do ambiente pode ser utilizado o programa cinco esses (5S), que é o nome de uma filosofia de qualidade originária no Japão alguns anos após a Segunda Guerra Mundial, com a necessidade de combater a sujeira das fábricas e desorganização estrutural sofrida naquela época.

O 5S não se limita à arrumação da área, mas envolve também a redução do tempo de procura de objetos, padronização de locais de armazenagem, redução de desperdícios, motivação dos colaboradores e trabalho em equipe. O 5S é um passo fundamental para elevar a organização a um nível superior de qualidade. Como o CEEP Lysímaco trabalha com formação de profissionais, precisa estar atento para a qualidade dos seus egressos. Outra ferramenta muito utilizada e que precisa ser mais bem trabalhada e colocada em prática em todos os setores da Instituição, é o ciclo PDCA. Uma ferramenta de gestão muito utilizada pelas empresas do mundo todo e tem como foco principal a melhoria contínua. Seu objetivo principal é tornar os processos da gestão mais ágeis, claros e objetivos. Pode ser utilizado em qualquer tipo de empresa, como forma de alcançar um nível de gestão melhor a cada dia, atingindo ótimos resultados. Tem como estágio inicial o planejamento da ação, em seguida tudo o que foi planejado é executado, gerando, posteriormente, a necessidade de checagem constante destas ações implementadas. Com base nesta análise e comparação das ações com aquilo que foi planejado, o gestor começa então a implantar medidas para correção das falhas que surgiram no processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 2208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9394/96. **Diário Oficial da União** de 18/04/1997, seção 1, p. 7760.

BRASIL. Decreto nº 5154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o art.36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9394/96. SENADO FEDERAL. Subsecretaria de Informações. Disponível em:
<<http://www6.senado.gov.br/legislacao?ListaTextoIntegral.action?id=226452>>. Acesso em: 15/10/2013.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 9.613/46. Lei Orgânica do Ensino Agrícola, disponível em: <<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/21472/decreto-lei-n-9.613-de-20-de-agosto-de-1946>>. acesso em 120/12/2013.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm: acesso em 20/12/2013.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União** de 23/12/1996, seção 1, p. 27839.

BRASIL. Parecer nº 16 de 05/10/99. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional em nível técnico. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.

BRASIL. Resolução CEB/CNE nº 04 de 08/12/99. Institui as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.

Ciclo PDCA disponível em <http://www.sobreadministra.com/o-ciclo-pdca-deming-e-a-melhoria-continua/cao>. Acesso em 18/12/2013.

KUENZER, Acácia Z. (org). **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2007.

LARA, Marilis de. **Ensino técnico agrícola: como alunos e professores Caracterizam a relação teoria-prática?**, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, UTP-Curitiba, 2009.

MACHADO, L. M. *Ensino Agrícola no Estado de São Paulo: Introdução ao Estudo da Relação Trabalho-educação*, 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP-Marília, 1992.

PARANÁ, Centro Estadual de Educação Profissional Lysímaco Ferreira da Costa. **Planejamento Agropecuário**, 2013.

PARANÁ, Centro Estadual de Educação Profissional Lysímaco Ferreira da Costa. **Projeto Político Pedagógico**. 2010.

PARANÁ, Parecer CEE/CEB nº 301/10. Adequação do Plano do Curso Técnico em Agropecuária – Área Profissional: Agropecuária, Integrado ao Ensino Médio, às Deliberações nº 03/08 e 04/08, ambas do CEE/PR. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Pareceres2010/CEB/pa_ceb_301_10.pdf. Acesso em 20/12/2013.

PARANÁ, Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Departamento de Educação Profissional. **Educação Profissional na Rede Pública Estadual: Fundamentos Políticos e Pedagógicos**. 2005.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Estudos temáticos para o Plano Estadual de Educação**. Julho/2004.

PARANÁ, Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Resolução nº 4394 de 20 de novembro de 1996. Gabinete do Secretário.

Programa 5S, disponível em: <http://www.programa5s.com.br/> Acesso em 18/12/2013.

SALDANHA, L.; OLIVEIRA, R. *A Política Pública de Educação Profissional Integrada no Paraná (2003-2008): Concepção e Ações*, Eixo Temático: Políticas Públicas e Gestão da Educação. In: IX Encontro Nacional de Educação, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009. Curitiba. p 1643-1654.

ANEXOS

ANEXO 1

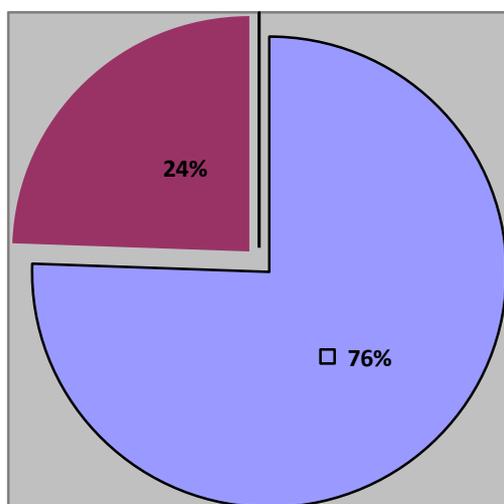
Relação dos alunos formados no ano de 2010 datas de nascimento e a idade por ocasião de sua formatura.

Nº	ALUNO	NASCIMENTO	IDADE
01	ADRIANO TÉRRES DA SILVA	07/04/1993	17
02	ALEF WILSON BUSCH	06/11/1993	17
03	ALESSANDRA KESKOSKI	18/01/1992	18
04	ALEXANDRE FORTESKI DE OLIVEIRA	02/05/1993	17
05	ALEX DOUGLAS WAGNER	17/05/1993	17
06	ALEX JUNIOR DOS SANTOS	22/10/1992	18
07	ALVARO JOSÉ DE OLIVEIRA	10/01/1994	16
08	ARNALDO HACKE JUNIOR	19/06/1993	17
09	ARTHUR NEGRELLI ZENATO	22/07/1993	17
10	BRUNNO RAFAEL DANIELEVIZ	29/06/1993	17
11	BRUNO FERREIRA KIATKOSKI	20/05/1993	17
12	BRUNO PREISLER	07/02/1994	16
13	CAIO ALEXANDRE FERREIRA	09/10/1993	17
14	CRISTIANO BARBOSA	10/06/1993	17
15	DANIELA CZARNESCKI	08/03/1994	16
16	DANILO PASCOAL DOLINSKI	10/02/1993	17
17	DIOMAR STIEGLER	19/05/1993	17
18	DOUGLAS AUGUSTO DE GOES	15/12/1992	18
19	EDENIR REGINALDO KOSLOSKI	14/07/1992	18
20	EDSON RICARDO LEICHINOSKI	24/03/1993	17
21	ELIAS RESNER	30/05/1993	17
22	EVANDRO DE OLIVEIRA DOS SANTOS	03/11/1993	17
23	FELIPE RAUEN	09/11/1993	17
24	GEAN WILLIAM FRANÇA	04/08/1993	17
25	JEAN JULIO BASTOS	01/12/1993	17
26	JEFERSON LUKASCINSKI	11/06/1993	17
27	JONAS LEANDRO CONRADO	02/02/1993	17
28	JONAS WALDEMAR RUTHES	07/10/1993	17
29	JOSNEI OLIVEIRA DE SOUZA	27/09/1992	18
30	LEANDRO MEIRELLES	11/08/1992	18
31	LUCAS TIBURSKI	31/08/1992	18
32	MADSON ANTONIO ADOLFATO GABARDO	14/11/1993	17
33	MARCOS VINÍCIUS TEIXEIRA JUNIOR	28/05/1993	17
34	MATHEUS ANÍBAL DE MELLO GUERREIRO	06/12/1993	17
35	MAURICIO DE LIMA	21/03/1993	17
36	OTONIEL BERTOTTI	14/12/1992	18
37	RAFAEL JUNIOR MICHTA	02/06/1993	17
38	RENAN LIEBL	21/05/1992	18
39	RODINEI ULBRICH	25/10/1993	17
40	ROMULO TAINAN MAGRO	31/07/1993	17
41	RONEI JACIEL ULBRICH	17/07/1993	17

42	SEVERINO KONOPKA JÚNIOR	04/05/1992	18
43	SYBELLE DE LIMA PIRES	25/10/1993	17
44	WILLIAM PYKOSZ	25/03/1993	17
45	WILSON DINIZ GRAF	11/12/1992	18

Tabulação dos dados mostrando no gráfico a realidade dos egressos do curso Técnico em Agropecuária no ano de 2010. Com um total de 45 alunos formandos, destes 7% ou 03 alunos estavam com 16 anos; 69 % ou 31 alunos estavam com 17 anos por ocasião da formatura e apenas 24% ou 11 alunos do total já poderiam ingressar no mercado de trabalho, por possuir a maioridade ou 18 anos completos.

IDADE	ALUNOS	Porcentagem
Minoridade	34	76%
Maioridade	11	24%



ANEXO 2

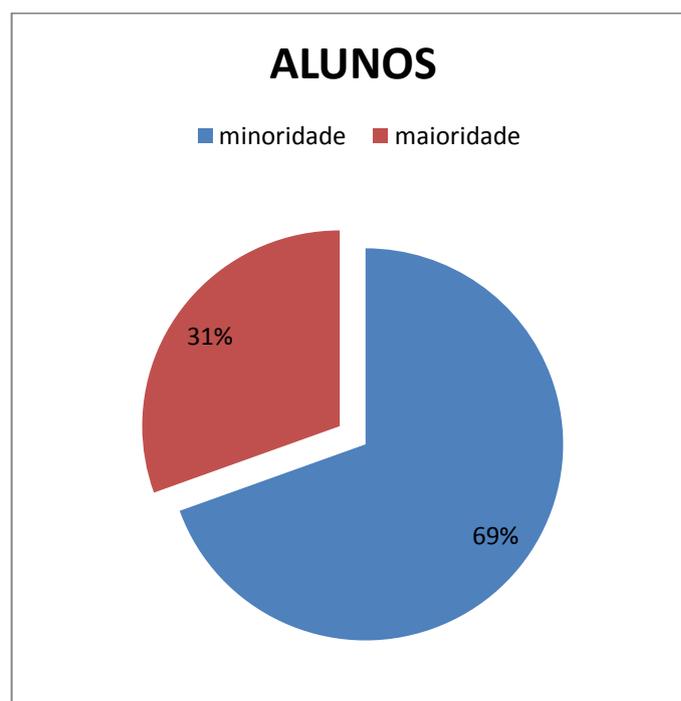
Relação dos alunos formados no ano de 2011, data de nascimento e a idade por ocasião de sua formatura.

Nº	ALUNO	NASCIMENTO	IDADE
01	ADRIANO ROMANCHUK	31/08/1994	17
02	ALAN EMMANUEL SANTACRUZ	18/08/1992	19
03	ALCIDES SILVESTRE DUARTE CHAVEZ	21/04/1984	27
04	ALEXANDRE LEZAN	07/01/1994	17
05	ALEXANDRE NORBERTO DE OLIVEIRA	22/02/1994	17
06	ALEX JUNIOR HONORIO DE LIMA	23/03/1994	17
07	ALISSON TIBURSKI	11/05/1994	17
08	ALOIR DIVINO SZYDOLSKI	29/05/1993	18
09	AMILCAR JAVIER MARTINEZ ROTELA	29/01/1982	29
10	ANGELINO KUSS	09/03/1994	17
11	ARTUR CARLOS SEMKE	15/09/1994	17
12	CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA MENDES	21/02/1995	16
13	DENIS MARCELO VILLALBA LEGUIZAMÓN	19/06/1992	19
14	DOUGLAS ALAN LAZARINI TEIXEIRA DA CRUZ	06/01/1994	17
15	ELISSON RAFAEL BOÇON	21/07/1994	17
16	ELIZANDRA RODRIGUES POMOCENE	19/09/1994	17
17	ELTON DIONE ARENDARTCHUK	11/01/1995	16
18	ÉRISON MATEUS MANNSEK	23/09/1994	17
19	EVERSON RAUEN	06/01/1994	17
20	EVERTON TIAGO FRITZ	14/11/1994	17
21	FABIO CELESTINO DE ALMEIDA DRANKA	28/12/1994	17
22	FELIPE SIZANOSKI VIEIRA	26/01/1994	17
23	FERNANDO SCHELBAUER	11/01/1994	17
24	FRANCIELE DE LIMA	21/11/1994	17
25	GABRIEL VERGILIO DA CRUZ FRANCO	09/07/1994	17
26	GUSTAVO JOSE RAUEN	25/06/1994	17
27	GUSTAVO ROGER RUDNICK CAVALHEIRO	05/10/1994	17
28	JACQUELINE DOS SANTOS TERRES	22/07/1994	17
29	JEAN CARLOS CIPRA	26/06/1993	18
30	JOAO RICARDO NEGRELLI	14/08/1993	18
31	JOENILSON FAOT	17/04/1994	17
32	JORGE DAVID ESCURRA LEZCANO	26/12/1992	19
33	JOSÉ MARCIO DA SILVA	01/02/1994	17
34	LEANDRO BECKER FUCHS	05/12/1994	17
35	LEANDRO DA FONSECA CAMPOS	20/09/1993	18
36	LEANDRO LIMA	23/11/1993	18
37	LIUSLEI MIKUS	09/11/1994	17
38	LUIZ AUGUSTO BURAK FLASMO DE OLIVEIRA	31/05/1994	17
39	MAICO WOTROBA	26/11/1993	18
40	MAIKSON ANTONIO RIBAS	23/12/1994	17
41	MARCELO GONZALEZ CHAVEZ	25/05/1993	18
42	MARCOS ANTONIO RSECICEKI	11/05/1991	20

43	MARIA JUCIELA HAVRELHUK	11/03/1994	17
44	MATEUS DE MELO	16/11/1994	17
45	MAURICIO OLIVA	02/06/1993	18
46	PATRICK REZLER	28/08/1994	17
47	ROBSON KULKA RODRIGUES	11/09/1994	17
48	ROGÉRIO RAFAEL BRIZOLA	23/11/1993	18
49	ROMARIO HENRIQUE BASSO	05/02/1995	16
50	RONALDO MIGUEL DA SILVA	23/05/1994	17
51	SAMILE SEBASTIAO	11/01/1994	17
52	SANDRINEI VIDAL DE SOUZA	25/05/1994	17
53	TIAGO TEIXEIRA DA ROCHA	10/10/1994	17
54	TIALISON GALAN BONIFACIO	30/11/1993	18
55	UYLIAN FELIPE TEIXEIRA	07/01/1994	17
56	VILAINE WOLLNER	01/05/1993	18
57	WELLINGTON GASSNER	01/09/1993	18
58	WILIAN NAZARKIEVICZ	27/08/1994	17
59	WILLIAM CARLO STOCK SCHNEIDER	13/07/1994	17

Tabulação dos dados mostrando no gráfico a realidade dos egressos do curso Técnico em Agropecuária no ano de 2011. Com um total de 59 alunos formandos, destes 5% ou 03 alunos estavam com 16 anos; 65 % ou 38 alunos estavam com 17 anos. Por ocasião da formatura apenas 31% ou 18 alunos do total já poderiam ingressar no mercado de trabalho, por possuir a maioria, acima de 18 anos.

IDADE	Nº ALUNOS	PORCEN TAGEM
Minoridade	41	69%
Maioridade	18	31%



ANEXO 3

Relação dos alunos formados no ano de 2012, data de nascimento e a idade por ocasião de sua formatura.

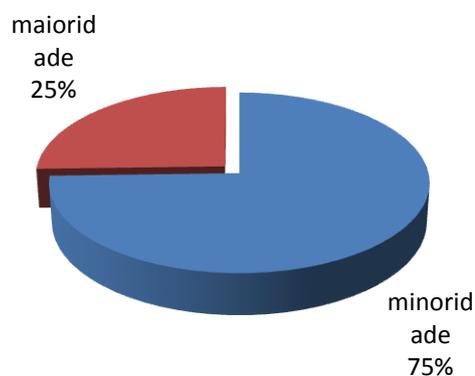
Nº	ALUNOS	NASCIMENTO	IDADE
01	ALEXANDRE SUOTA	23/11/1994	18
02	ALEXANDRO ADAMCZESKI	18/06/1995	17
03	ALEX LUAN DA ROCHA	27/11/1995	17
04	ALEX NATHAN CIDRAL DA COSTA	02/01/1996	16
05	ALEXSANDER BAUMEL	27/07/1995	17
06	ALINE CAMARGO	04/01/1994	18
07	ALISSON WOJCIKIEWICZ	06/10/1994	18
08	ANDERSON ADAMCZESKI	04/08/1995	17
09	ANDRÉ LOURENÇO REGHELIN	01/12/1995	17
10	BRUNO ALVES DE MIRANDA	14/09/1995	17
11	BRUNO RENZO PENKAL	11/11/1995	17
12	BRUNO SALDANHA CARVALHO	23/04/1995	17
13	CARLA RODRIGUES	15/01/1995	17
14	CARLOS EDUARDO DE SOUZA	02/06/1995	17
15	DARLAN VIZZOTTO	26/12/1995	17
16	DIOSNEL GODOY GONZALEZ	21/08/1992	20
17	DIOVANI BECKER BATISTA	14/08/1994	18
18	ÉMERSON LEANDRO CEMBALISTA	08/01/1995	17
19	ERMINIO RODRIGUEZ RUIZ DIAZ	26/12/1989	23
20	FABIO ANDRES RAMIREZ ZACARIAS	22/11/1994	18
21	FABIO LUIZ CORREIA	05/05/1995	17
22	FREDY ANDRÉS MENDOZA CHAVEZ	04/02/1996	16
23	GABRIEL SPACK SELENKO	30/12/1995	17
24	GILBERTO GONCALVES DA ROCHA	13/04/1995	17
25	GUILHERME GROCHOVSKI	03/04/1995	17
26	GUILHERME LIEBL	25/02/1994	18
27	IRINEU MIELEVSKI	27/12/1994	18
28	JOSIAS CONRADO	19/04/1995	17
29	KEVEN SOCREPPA	18/03/1995	17
30	LUCAS FERREIRA DA MAIA	11/07/1995	17
31	LUCAS HENRIQUE KNIGGENDORF	02/09/1995	17
32	LUCAS THIAGO DA ROCHA	27/11/1995	17
33	LUIS FERNANDO HARTINGER	16/06/1995	17
34	LUIS ROBERTO STECKLAIN	05/01/1995	17
35	MARCO ANTONIO NENEMANN	13/06/1995	17
36	MATEUS DE JESUS MEISTER	06/11/1995	17
37	MAURO CESAR ADOLFATO GABARDO	21/08/1995	17
38	MILCIADE RUBEN SOSA	25/05/1990	22
39	MURILO DE LIMA CANDIDO	19/08/1995	17
40	MURILO PETERS	19/09/1995	17
41	NATHAN FELIPE JORGE	25/08/1995	17
42	RENAN GILIARD LUKAZYNSKI	24/11/1993	19
43	ROBERTO CARLOS MOREIRA	26/04/1995	17

44	ROGERIO ARRUDA PEREIRA	16/11/1994	18
45	ROGERIO WEBER	19/12/1995	17
46	RUBENS JOSE DE LIMA	17/11/1995	17
47	RUY ALBERTO DE FREITAS FRANKENBERGER	16/04/1995	17
48	TAIZY ROSALIA BOCON	21/05/1995	17
49	THIAGO ALLAOR MOREIRA SANTOS	16/11/1994	18
50	TIAGO ALEXANDRO MAYER	27/05/1994	18
51	TIAGO PASCOAL DOLINSKI	22/06/1995	17
52	VINICIUS LUIZ HIURKO	27/12/1995	17
53	WILLIAM SCHREINER	12/09/1995	17
54	WILLIAN RODRIGO CORDEIRO	19/02/1996	16
55	WILLIAN ZAKLIKEVIS FRANCO	09/08/1995	17

Tabulação dos dados mostrando no gráfico a realidade dos egressos do curso Técnico em Agropecuária no ano de 2012. Com um total de 55 alunos formandos, destes 75% ou 41 alunos estavam com 16 ou 17 anos. Por ocasião da formatura apenas 25% ou 14 alunos do total já poderiam ingressar no mercado de trabalho, por possuir a maioria, acima de 18 anos..

IDADE	ALUNOS	PORCENTAGEM
Minoridade	41	75%
Maioridade	14	25%

ALUNOS



ANEXO 4

Quadro comparativo da grade curricular de 2004 e a atual implantada em 2010 (ensino médio)

Disciplina	Grade 2004	Grade 2010	Comparativo 2010/2004
Arte	80	160	+80
Biologia	320	240	- 80
Educação Física	240	240	=
Filosofia	80	240	+160
Física	240	240	=
Geografia	240	240	=
História	240	240	=
Língua inglesa	160	80	- 80
Língua portuguesa e literatura	480	360	- 120
Matemática	480	360	- 120
Química	240	240	=
Sociologia	80	240	+160
TOTAL	2880	2880	

Quadro comparativo da grade curricular do curso técnico em agropecuária

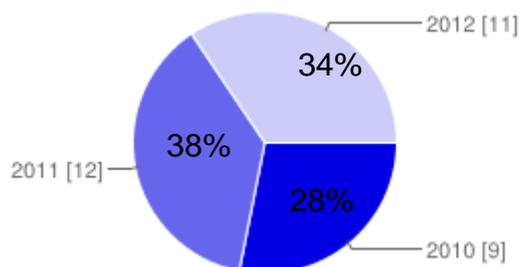
Disciplina	Grade 2004	Grade 2010	Comparativo 2010/2004
Administração e extensão rural	AER – 160 Extensão – 80 Total - 240	240	Juntou as disciplinas de Administração e Economia Rural e extensão Rural, manteve a carga horária.
Agroindústria	160	80	Diminuiu 80 horas
Fundamentos de agro ecologia	80	160	Mudou o nome e aumentou em 80 horas
Horticultura	240	280	Aumentou 40horas
Infraestrutura rural	MEC 160 CIR – 80 Total - 240	160	Juntou as disciplinas de mecanização agrícola e Construções e Instalações Rural /diminuiu 80horas/aula
Produção animal	Zoo – 240 Criações – 360 Bov leite – 80 Total - 680	400	Juntou as disciplinas de Zootecnia, Criações e Bovinocultura de

			leite/ diminuiu 280 horas/aula.
Produção vegetal	Irrigação e drenagem – 80 Culturas - 280	360	Juntou as disciplinas de Irrigação e drenagem e culturas e manteve a carga horária
Solos	Topografia – 80 Solos - 160	240	Juntou as disciplinas de topografia e solos e manteve a carga horária
Total	3120	1920	No total diminuiu 1200 horas/aula do curso técnico em agropecuária.

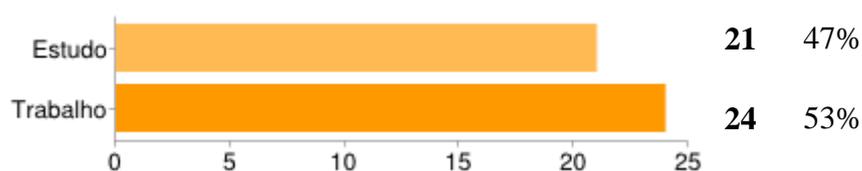
Anexo 5

Questionário enviado aos alunos egressos dos anos de 2010, 2011 e 2012.

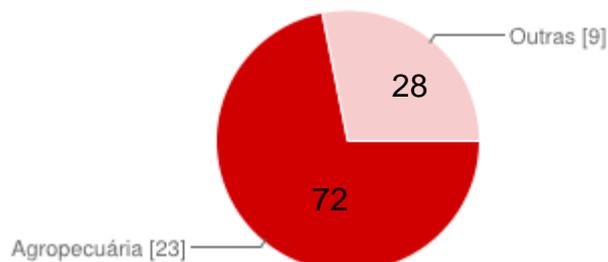
01 - Qual ano de sua formatura?



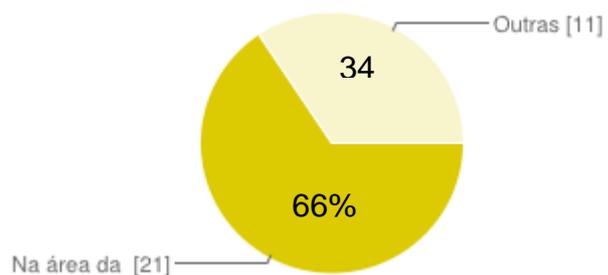
02 - Qual sua ocupação após a formatura?



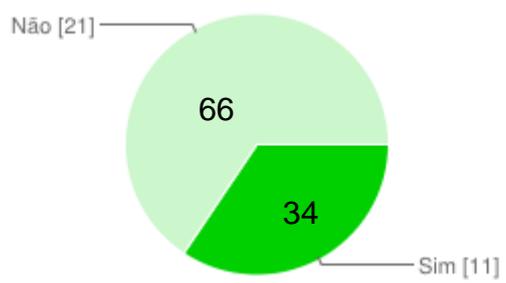
03 - Se estudo, qual área?



04 - Se trabalho...



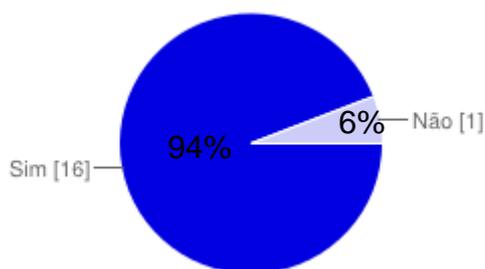
06 – Atualmente está trabalhando como técnico?



ANEXO 6

Questionário realizado com as empresas e profissionais liberais da região buscando uma avaliação para o profissional egresso do curso Técnico em agropecuária

1 – Esta empresa, agro atividade ou pessoa física, já teve contato empregatício ou de estágio com egressos do curso Técnico em Agropecuária do Colégio Agrícola de Rio Negro?



2 - Quanto aos alunos egressos, qual sua avaliação para o critério: **CONHECIMENTO TÉCNICO.**

MÉDIA – 4,6

NOTA	AVALIAÇÃO	PORCENTAGEM
00	0	0%
01	0	0%
02	0	0%
03	2	11%
04	7	37%
05	7	37%
06	1	5%
07	2	11%
08	0	0%
09	0	0%
10	0	0%

3 - Quanto aos alunos egressos, qual sua avaliação para o critério: **CIDADÃO RESPONSÁVEL.**

MÉDIA – 4,0

NOTA	AVALIAÇÃO	PORCENTAGEM
00	0	0%
01	1	5%
02	1	5%
03	3	16%
04	4	21%
05	4	21%

06	5	26%
07	0	0%
08	1	5%
09	0	0%
10	0	0%

4 - Quanto aos alunos egressos, qual sua avaliação para o critério: **ATUALIDADES (assuntos técnicos atuais, política agrícola, etc.)**.

MÉDIA – 3,89

NOTA	AVALIAÇÃO	PORCENTAGEM
00	0	0%
01	0	0%
02	2	11%
03	6	32%
04	7	37%
05	2	11%
06	1	5%
07	0	0%
08	1	5%
09	0	0%
10	0	0%

5 - Quanto aos alunos egressos, qual sua avaliação para o critério: **ESPÍRITO DE LIDERANÇA**.

MÉDIA – 4,77

NOTA	AVALIAÇÃO	PORCENTAGEM
00	0	0%
01	0	0%
02	2	11%
03	4	21%
04	2	11%
05	6	32%
06	4	21%
07	1	5%
08	0	0%
09	0	0%
10	0	0%

6 - Quanto aos alunos egressos, qual sua avaliação para o critério: **CONHECIMENTOS PRÁTICOS (execução de atividades de campo)**.

MÉDIA – 3.15

NOTA	AVALIAÇÃO	PORCENTAGEM
00	2	11%
01	0	0%
02	4	21%
03	5	26%
04	5	26%
05	2	11%
06	0	0%
07	1	5%
08	0	0%
09	0	0%
10	0	0%

7 - Quanto aos alunos egressos, qual sua avaliação para o critério:
“COMUNICAÇÃO” (didática, desinibição, persuasão e domínio de conteúdo).

MÉDIA – 4.73

NOTA	AVALIAÇÃO	PORCENTAGEM
00	0	0%
01	0	0%
02	0	0%
03	2	11%
04	6	32%
05	8	42%
06	1	5%
07	2	11%
08	0	0%
09	0	0%
10	0	0%

ANEXO 7

Questionário enviado aos educadores do CEEP Lysímaco Ferreira da Costa:

1 - Qual função você desempenha no Colégio Agrícola

Gestor

Coordenador/orientador

Professor Núcleo comum

Professor Área Técnica

Funcionário Administrativo

Funcionário fazenda-escola

2 a - Em sua opinião o Colégio Agrícola está formando alunos para qual categoria

Mercado de trabalho

Ingresso em curso superior

Agricultura familiar

Outra

2 b - Justifique sua resposta

3 - O Decreto 2.208/97 separou o ensino profissional do ensino médio, durante sua vigência de 1996 até 2004, quais pontos positivos e pontos negativos pode ser observado na formação do técnico em agropecuária do Colégio Agrícola?

4 - O Decreto 5.154/04 trouxe de volta o ensino técnico integrado com o ensino médio, além de manter os cursos técnicos subsequente ou pós-médio. Qual sua opinião sobre a implantação do curso técnico em agropecuária pós-médio no Colégio Agrícola?

5 - O ensino do técnico em agropecuária em seu contexto histórico sempre esteve pautado na máxima "aprender fazendo" utilizando a fazenda-escola como laboratório. Você concorda com esta pedagogia, ou ela está ultrapassada? Qual solução para efetivar o ensino-aprendizagem mantendo um padrão de qualidade na formação do técnico em agropecuária?

6 - A grade curricular do curso técnico em agropecuária foi reformulada para atender ao contido nas deliberações 03/08 e 04/08, ambas do CEE/PR, assim como a Lei Federal nº 11.684/08. Na prática adicionou as disciplinas de filosofia (240hora/aula) e sociologia (240 horas/aula), e reduziu a carga horária total de 5800 Horas/aula, para 4800 horas/aula. Você acha esta carga horária suficiente para formar um profissional técnico em agropecuária com padrões de qualidade exigida para a competência da função? Justifique.

7 – A integração entre teoria e prática é essencial para atingir a eficácia no processo ensino-aprendizagem do curso técnico em agropecuária. Qual sua avaliação sobre esta relação do Pedagógico com a Unidade Didático Produtiva?